

# Temer Trump?

Márcio G. P. Garcia<sup>1</sup>

11 de novembro, 2016

**Sugestão de olho: A incerteza trazida pela eleição de Trump torna ainda mais urgente a agenda de reformas.**

A inesperada eleição de Donald Trump mergulhou os EUA e o mundo em grande incerteza. Tentará ele de fato construir um muro entre os EUA e o México, deportar os milhões de imigrantes ilegais, inclusive crianças, proibir a entrada de muçulmanos, repudiar os acordos de livre comércio, destruir o programa de saúde universal instituído por Obama, renegociar o papel dos EUA na OTAN, cancelar o acordo nuclear multilateral com o Irã e o acordo de Paris sobre mudança climática? Isso, apenas para citar algumas de suas promessas mais exóticas. Ou será ele mais um exemplo de um candidato que, para se eleger, diz o que a maioria do eleitorado quer ouvir e, quando eleito, se cerca de burocratas e políticos do establishment que tocarão o governo sem grandes sobressaltos?

A comedida reação inicial dos mercados parece indicar que a expectativa majoritária parece pender para a segunda alternativa. Mas, se Trump renegar as promessas que embasaram sua campanha, qual será a reação de seus eleitores? As ações do presidente-eleito nas próximas semanas serão decisivas para dirimir as incertezas, seja para desanuviar as preocupações ou para conflagrar seu país e o mundo.

No que nos toca mais diretamente, como a eleição de Trump afetará as possibilidades de sucesso do governo Temer?

Até agora, o novo governo vem cumprindo o que havia prometido. Partiu do diagnóstico correto de que o mais urgente para retomar o crescimento econômico é reparar a ruína fiscal deixada pelos governos anteriores. Nomeou especialistas extremamente competentes para a gestão da economia e concebeu uma estratégia inteligente para conter o crescimento explosivo dos gastos públicos, que levaria a dívida pública à explosão, acarretando a volta da inflação alta, e a estagnação por período ainda maior.

---

<sup>1</sup> Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.

O primeiro passo dessa estratégia, a PEC 241, rebatizada agora no Senado Federal como PEC 55, passou muito bem pelas duas votações na Câmara dos Deputados. O compromisso do governo, reafirmado recentemente, é o de complementar a PEC 55, quando aprovada pelo Senado, com indispensáveis reformas que ajudem a conter o crescimento explosivo de vários dos componentes do gasto público. A principal medida, que por isso deverá ser a primeira, é a reforma de nosso insustentável sistema de previdência.

Ainda que outras reformas se façam necessárias para ampliar as possibilidades de crescimento econômico, a aprovação dessas duas reformas constitucionais nos permitiria entrar em um mundo novo. Sem a pressão implacável do crescimento explosivo dos gastos públicos, várias possibilidades hoje impensáveis passam a ser viáveis para a política macroeconômica.

No campo da política monetária, por exemplo, será possível reduzir rapidamente os juros sem colocar em risco o cumprimento da meta para a inflação, uma vez que a taxa de juros neutra deverá cair por conta da melhora da postura fiscal. Também deverá ser recobrada a capacidade de se fazer política monetária anticíclica, ou seja, usar a política monetária para combater a recessão. Isto retirará o BC do dilema atual de baixar a taxa de juros para estimular a economia tendo que aceitar mais inflação, ou manter a taxa elevada para conter a inflação, prolongando a recessão.

No campo da política cambial, a melhora da postura fiscal também deverá mitigar as intensas flutuações cíclicas da taxa real de câmbio. A apreciação da taxa de câmbio real em momentos de expansão da economia e entrada de capitais deverá ser menos intensa do que no passado. A melhora da política fiscal também contribuirá para evitarmos episódios de fuga de capitais e elevada depreciação da taxa de câmbio, pois diminui a probabilidade de crises associadas à explosão do endividamento público.

O tempo que teremos para efetivar tais medidas dependerá fundamentalmente do cenário internacional. Uma economia norte-americana forte com taxa de juros baixas, como vem ocorrendo, é o pano de fundo ideal para que possamos realizar essa transição com o menor custo possível.

Pouco podemos fazer para alterar o curso dos acontecimentos nos EUA, mas está em nossas mãos consolidar as reformas que iniciamos com o Plano Real, sem as quais o controle da inflação, sua principal conquista, o estará fatalmente ameaçada.